



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 146

**CONTEXTO DE ATUAÇÃO, IMPACTOS E EFEITOS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DO NORTE NA AGROPECUÁRIA PARAENSE**

Francisco de Assis Costa

Belém, Maio de 2000

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Índio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 146

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CONTEXTO DE ATUAÇÃO, IMPACTOS E EFEITOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE NA AGROPECUÁRIA PARAENSE

*Francisco de Assis Costa**

Resumo:

O objetivo desse artigo é contextualizar a intervenção do Fundo Constitucional do Norte - FNO no agrário do Estado do Pará e analisar os impactos produzidos à luz dos dados enunciados pelo gestor do Fundo, o Banco da Amazônia SA – BASA, e pelos resultados de pesquisa de campo feita com 978 famílias camponesas usuárias do FNO-Especial. Um primeiro passo, para tanto, é a apresentação do setor de produção animal e vegetal do Estado do Pará, que se fará no item 2, onde se explicitam as posições e pesos relativos das estruturas produtivas que o conformam. No item 3 se discutirá algumas medidas do impacto do Fundo para, em seguida, no item 4 discutir seus prováveis efeitos no valor da produção total do setor através dos seus resultados na agricultura familiar, a mais importante forma de produção da agropecuária estadual.

Palavras-chave: Fundo constitucional. Agropecuária paraense.

* Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará.

1. Introdução

O objetivo desse artigo é contextualizar a intervenção do Fundo Constitucional do Norte - FNO no agrário do Estado do Pará e analisar os impactos produzidos à luz dos dados enunciados pelo gestor do Fundo, o Banco da Amazônia SA – BASA, e pelos resultados de pesquisa de campo feita com 978 famílias camponesas usuárias do FNO-Especial. Um primeiro passo, para tanto, é a apresentação do setor de produção animal e vegetal do Estado do Pará, que se fará no item 2, onde se explicitam as posições e pesos relativos das estruturas produtivas que o conformam. No item 3 se discutirá algumas medidas do impacto do Fundo para, em seguida, no item 4 discutir seus prováveis efeitos no valor da produção total do setor através dos seus resultados na agricultura familiar, a mais importante forma de produção da agropecuária estadual.

2. O contexto da atuação do FNO: O Setor de Produção Animal e Vegetal do Estado do Pará em 1995

A agropecuária do Estado do Pará chegou em meados dos anos noventa movida por 882.840 trabalhadores organizados por 206.199 unidades produtivas, das quais 193.453 unidades camponesas, 12.327 fazendas e 419 latifúndios empresariais. Sob múltiplas formas, camponeses, fazendeiros e empresas¹ dispunham em conjunto de 22,5 milhões de hectares, cabendo aos primeiros 7,2 e aos demais 8,2 e 7,1 milhões de hectares, respectivamente. As áreas médias dos estabelecimentos camponeses era de 37, das fazendas, de 666 e dos latifúndios empresariais, de 17.000 hectares. A média do estabelecimento camponês aumentou desde 1985 (era 33,6 ha), a par de movimentos contrários para as fazendas (era 867 ha) e latifúndios empresariais (era 22.733 ha). A composição relativa dos volumes apropriados de terras, por seu turno, que em 1985 atingira uma marcada equiparação em torno de 1/3 das terras para cada forma de produção, em 1995 demonstra um desequilíbrio em favor das fazendas: dispendo agora de 36,5% das terras, elas parecem ter absorvido tanto terras antes sob controle camponês (o que poderia significar formação de fazendas por processo de concentração em áreas camponesas), quanto áreas provindas de

latifúndios empresariais (o que poderia indicar uma concomitante formação de fazendas por desmembramento de latifúndios empresariais).

¹ Por razões teóricas e metodológicas esclarecidas antes (Costa, 1992, 1993, 1994, 1996 e 1997) consideramos que, nos censos agropecuários do Pará, as estatísticas relativas ao intervalo de estratos de área entre 0 e 200 hectares estão decisivamente influenciada pelas unidades camponesas ali presentes, e as tendências que expressam devem, pois, estar associadas às especificidades estruturais e às condições históricas de evolução dessa forma de produção na região amazônica. Do mesmo modo, as estatísticas dos estabelecimentos entre 200 e 5.000 hectares são dominadas (no mínimo fortemente viesadas) pelas fazendas, uma economia patronal (Veiga, 1991) com características tradicionais (Aidar e Perosa, 1981), e as estatísticas dos estabelecimentos maiores que 5.000 hectares estão condicionadas pelos latifúndios empresariais (grandes estabelecimentos administradas com racionalidade empresarial, mesmo quando usados com fins especulativos).

Tabela 1. A estrutura agrária e agrícola do Pará em 1995

	Camponeses	Fazendas	Lat. Empresariais	Total
Número de estabelecimentos	193.453	12.327	419	206.199
Área apropriada (Ha)	7.162.291	8.219.835	7.138.103	22.520.229
Tamanho médio do estabelecimento (Ha)	37,02	666,82	17.036,05	109,22
Pessoal ocupado total	792 307	79 046	11 487	882 840
Estrutura relativa da força de trabalho (Total geral = 100%)				
Membros não Remunerados da Família	81,34%	4,69%	0,08%	86,11%
Assalariados Permanentes	1,60%	1,85%	0,74%	4,19%
Assalariados Temporários	4,96%	1,93%	0,38%	7,27%
Parceiros	0,42%	0,09%	0,06%	0,56%
Outra Condição	1,43%	0,40%	0,04%	1,87%
Total	89,75%	8,95%	1,30%	100,00%
Estrutura relativa da força de trabalho (Total da coluna = 100%)				
Membros não Remunerados da Família	90,63%	52,42%	6,28%	86,11%
Assalariados Permanentes	1,78%	20,61%	56,99%	4,19%
Assalariados Temporários	5,53%	21,53%	29,35%	7,27%
Parceiros	0,46%	1,00%	4,32%	0,56%
Outra Condição	1,59%	4,44%	3,07%	1,87%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM

Em 1995, os camponeses eram responsáveis por 792.307, as fazendas por 79.046 e os latifúndios empresariais por 11.487 ocupações na produção animal e vegetal do Estado do Pará, respectivamente, 90%, 9% e 1% do total de pessoal ocupado no setor, naquele ano. Tais proporções eram, dez anos antes, 92%, 7% e 1%, respectivamente, constatando-se, assim, estabilidade da participação dos grandes latifúndios empresariais e o crescimento das fazendas em detrimento dos camponeses em dois pontos percentuais.

Por outro lado, do total de pessoal ocupado, 760.225 trabalhavam na condição de membros não remunerados das famílias titulares dos estabelecimentos e 101.000 como assalariados nas duas formas captadas pelo Censo (assalariados temporários, 37.000, e permanentes, 64.000). Significando, se desprezarmos as participações de parceiros e outras condições, uma participação relativa de 89% da primeira forma de ocupação e em torno de 11% de assalariados, dos quais 4% de assalariados permanentes e 7% de assalariados temporários².

² Os dados sobre assalariamento devem ser relativizados de duas maneiras: primeiro, considerando que, na forma camponesa de produção, os assalariamentos temporários e as empreitadas na maior parte dos casos fazem-se com membros de outras famílias camponesas. Desse modo, o recenseado como assalariado temporário em um estabelecimento poderá ter sido, muito freqüentemente, também recenseado na condição de trabalhador familiar de outro; segundo, considerando que grande parte dos trabalhos aplicados pelas fazendas e latifúndios empresariais provém de contratações de serviços (entre as fazendas, o pagamento de serviços correspondeu a 66% dos pagamentos em forma de salário; nos latifúndios empresariais, 50%).

2.1. Uso das terras

Os diversos agentes e estruturas agrárias no Pará tinham em uso com agropecuária e silvicultura, no ano de 1995, 8,9 milhões de hectares – em torno de 40% dos 22,2 milhões de hectares então privatizados no Estado. Nada menos que 84% dessas terras estavam cobertas com pastagens (sendo 65,6% com pastagens plantadas e 18,4% com pastagens naturais). A agricultura ocupava 14,8, sendo 3% com lavoura permanentes e o restante com lavouras temporárias – parte com plantio (6,1%), parte em pousio (5,7%). Nos dez anos intercensitários ocorreu uma importante alteração nesta composição: em 1985 a pecuária ocupava 67% e a agricultura 32% da área utilizada – a silvicultura, em ambos os censos, representou em torno de 1% da área total utilizada (ver, para estes e os próximos resultados a Tabela 2).

Os camponeses, nas suas diversas atividades, utilizaram 30,6%, as fazendas 44% e os latifúndios empresariais 25,4% do total de terras em produção no Estado. Numa perspectiva que mescla as atividades e as formas de produção, o *ranking* do peso de utilização de terras seria o seguinte: as pastagens pelas fazendas (41,1%), as pastagens pelos latifúndios empresariais (23,8%) e as pastagens pelos camponeses (19%); lavouras temporárias pelos camponeses (9,2%, plantio e pousio); lavouras temporárias dos fazendeiros (2,2%); lavouras permanentes dos camponeses (2%); as matas plantadas dos latifúndios empresariais (0,8%); lavouras permanentes dos fazendeiros (0,6%) e dos latifúndios empresariais (0,4) – esta última empatada com as matas plantadas dos camponeses. Em último lugar, representando 0,1% do total de área utilizada no setor, as matas plantadas das fazendas.

Tomando as estruturas individuais de cada forma de produção, comparando-as entre si e nos dois últimos censos, destaca-se que o total predomínio das pastagens entre fazendeiros e latifúndios empresariais agravou-se, chegando em torno de 93% das respectivas áreas utilizadas em 1995 – quando fora em torno de 87% dez anos antes. Quanto aos camponeses, de 34% em 1985 as pastagens passaram a representar 62% em 1995.

2.2. Valor da Produção

Em 1995, o valor bruto da produção³ animal e vegetal das diversas estruturas agrárias no Pará foi de R\$ 1.026.139.630 – pouco mais de um bilhão de reais (ver para estes e os próximos resultados a Tabela 3).

A composição subsetorial desse valor apresenta a produção animal, com 42,6% do total, como o conjunto de atividades de maior peso – onde se destaca, com 31,8% do total, a pecuária bovina e bubalina, seguida da produção de aves e pequenos animais, com 9,3%, e do criatório de médios animais (suínos, caprinos, etc.), com meros 1,5%. A agricultura, com 38,1%, vem em seguida,

representando, aí, as lavouras temporárias 24,7%, as permanentes 11,8% e a horti/floricultura 1,6%. O extrativismo vegetal é o terceiro mais importante sub-setor, com 18,4% do valor da produção total. Quarto e último sub-setor, a silvicultura representa não mais que 0,9%. Comparativamente a 1985, houve um importante reordenamento caracterizado pelo seguinte:

1. A importância da produção animal cresceu 15 pontos de porcentagem;
2. A importância do extrativismo elevou-se em 6 pontos de porcentagem;
3. A importância da agricultura caiu em 19 pontos – com a agricultura permanente reduzindo sua importância em 14 pontos, interrompendo com isso uma trajetória de crescimento relativo que se fazia visível desde 1980, e as culturas temporárias diminuindo, por seu turno, 4 pontos;
4. A importância da silvicultura, que também vinha crescendo desde 1980, caiu 2 pontos de porcentagem.

Frise-se que se trata de um reordenamento relativo das atividades. O que significa que, mesmo tendo perdido posição, uma atividade pode ter crescido em termos absolutos no período, só que com ritmo menor que suas concorrentes. Para uma tal reconfiguração, houve, contudo, necessariamente, uma grande diferença no ritmo de expansão da pecuária e uma diferença significativa no ritmo de expansão do extrativismo (com destaque na exploração de madeira) em relação a todas as demais atividades.

Quanto ao peso das diversas formas de produção no agrário paraense, destacam-se os camponeses com 64,4% do valor da produção total, seguidos das fazendas com 27,1% e dos latifúndios empresariais com 8,5%. As participações relativas dos primeiros e dos últimos caíram 3 pontos de percentuais, para o crescimento da importância relativa das fazendas em correspondentes 6 pontos.

Dado que as diversas estruturas têm características econômicas próprias que as levaram a diferentes opções e preferências produtivas, como se verá adiante, a importância relativa de cada uma delas varia de sub-setor para sub-setor e, mesmo, de atividade para atividade, refletindo em nível macro, a composição interna de cada estrutura. Retenha-se, pois, o seguinte:

1. Na *produção animal*, o valor da produção camponesa representa 42,3% do sub-setor – para 44% e 13,8% das fazendas e latifúndios empresariais, respectivamente. Mas, dependendo do tipo de pecuária, a composição altera-se, por vezes de forma substantiva: na *pecuária de grande porte*, bovina e bubalina, os camponeses representam 34,8%, as fazendas 46,9% e os grandes latifúndios

³ Este conceito corresponde à produção física multiplicada pelo preço pago ao produtor e não se iguala às estimativas de Produto Interno Bruto para o mesmo ano aceitas pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da Presidência da República. Nestas, o PIB a custo de fatores do Estado do Pará era, em 1995, R\$ 3,619 bilhões (conf. IPEA, 1999).

empresariais 18,3%; considerada a mesma seqüência, na produção de *médios animais* as fatias são de 82,5%, 16,3% e 1,2; na produção de *pequenos animais* de 61,2, 38,6% e 0,3%.

2. Na *agricultura* em geral, a participação camponesa no valor da produção é de 86,2% - para 11,5% das fazendas e 2,3% dos latifúndios empresariais. Na agricultura baseada em *culturas permanentes* os camponeses participam com 77,2%, chegando esse percentual a atingir, no caso das *lavouras temporárias*, 89,9%. As fazendas têm uma participação importante nas culturas permanentes, de 17,5%, e, nas culturas temporárias, representam 9,3%. Os latifúndios empresariais produzem apenas 5,3 e 1% do valor da produção das lavouras permanentes e temporárias, respectivamente.
3. Os latifúndios empresariais mostram-se importantes nas iniciativas com *silvicultura*, representando, ali, 85,4% do valor produzido no sub-setor, onde também se mostram com importância não desprezível, os camponeses.
4. O valor da extração vegetal, por seu turno, provém em 72,9% dos camponeses, 21,5% das fazendas e 8,5% dos latifúndios empresariais.

Tabela 2. Formas de uso das terras privatizadas em 1995, no Pará, por formas de produção

	Camponeses	Fazendeiros	Lat. Empresariais	Total
Total absoluto em Ha	6.985.403	8.169.968	7.102.422	22.257.794
Estrutura relativa da área utilizada em agropecuária e silvicultura (Total geral=100%)				
Lavouras Permanentes	2,0%	0,6%	0,4%	3,0%
Lavouras Temporárias	4,9%	0,9%	0,3%	6,1%
Pousio	4,3%	1,3%	0,1%	5,7%
Pastagens Naturais	3,3%	9,7%	5,4%	18,4%
Pastagens Plantadas	15,7%	31,4%	18,4%	65,6%
Matas Plantadas	0,4%	0,1%	0,8%	1,3%
Total	30,6%	44,0%	25,4%	100,0%
Estrutura relativa da área utilizada em agropecuária e silvicultura (Total das colunas=100%)				
Lavouras Permanentes	6,5%	1,3%	1,6%	3,0%
Lavouras Temporárias	16,1%	2,1%	1,1%	6,1%
Pousio	14,1%	2,9%	0,5%	5,7%
Pastagens Naturais	10,9%	22,0%	21,1%	18,4%
Pastagens Plantadas	51,3%	71,4%	72,6%	65,6%
Matas Plantadas	1,2%	0,3%	3,1%	1,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Área utilizada na agropecuária e silvicultura/Área privatizada	38,9%	47,9%	31,8%	39,9%
Matas naturais/Área privatizada	47,1%	44,9%	63,5%	51,5%
Área não-utilizada/Área privatizada	48,3%	45,1%	63,8%	52,1%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM

Quanto à composição interna a cada forma de produção destaca-se que:

1. As estruturas *camponesas* assentam-se predominantemente na agricultura (51,1% do valor do que produzem, dos quais 14,1% das lavouras permanentes e 34,5% das lavouras temporárias) e secundariamente na pecuária (27,9%) e no extrativismo vegetal (20,8% do total);

2. As *fazendas* dependem predominantemente da produção animal (69,1% do valor do que produzem) e, aí, concentradamente da pecuária de grande porte (55% do valor total do que produzem) e, secundariamente da agricultura (16,2%) e extração vegetal (14,6%);
3. Os *latifúndios empresariais*, tanto quanto as fazendas, dependem fundamentalmente da produção animal, só que mais concentradamente da pecuária de grande porte (68,3% do valor daquilo que produziam em 1995), seguido da extração vegetal (11,9%), da agricultura (10,1%, do que 7,3% de culturas permanentes) e da silvicultura (9,1%).

Tabela 3. Valor da produção animal e vegetal do Pará, 1995-1996

Sub-setores	Camponeses	Fazendeiros	Lat. Empresariais	Total
Total Absoluto em R\$	660.652.377	277.970.388	87.516.865	1.026.139.630
Estrutura relativa (Total das colunas=100%)				
Produção Animal	27,9%	69,1%	68,8%	42,6%
Grandes Animais	17,2%	55,0%	68,3%	31,8%
Médios Animais	1,9%	0,9%	0,2%	1,5%
Pequenos Animais	8,8%	13,3%	0,3%	9,3%
Agricultura	51,1%	16,2%	10,1%	38,1%
Culturas Permanentes	14,1%	7,6%	7,3%	11,8%
Culturas Temporárias	34,5%	8,4%	2,8%	24,7%
Horti/Floricultura	2,5%	0,1%	0,0%	1,6%
Silvicultura	0,2%	0,1%	9,1%	0,9%
Extração Vegetal	20,8%	14,6%	11,9%	18,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Estrutura relativa (Total das linhas=100%)				
Produção Animal	42,3%	44,0%	13,8%	100,0%
Grandes Animais	34,8%	46,9%	18,3%	100,0%
Médios Animais	82,5%	16,3%	1,2%	100,0%
Pequenos Animais	61,2%	38,6%	0,3%	100,0%
Agricultura	86,2%	11,5%	2,3%	100,0%
Culturas Permanentes	77,2%	17,5%	5,3%	100,0%
Culturas Temporárias	89,8%	9,3%	1,0%	100,0%
Horti/Floricultura	97,7%	2,2%	0,1%	100,0%
Silvicultura	12,3%	2,4%	85,4%	100,0%
Extração Vegetal	72,9%	21,5%	5,5%	100,0%
Total	64,4%	27,1%	8,5%	100,0%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM

2.3. Os elos entre a produção rural e os demais setores da economia (um visão através dos custos da produção)

Os custos de produção do setor de produção animal e vegetal resultam das suas vinculações mais imediatas com os demais setores da produção. Há setores a montante e a jusante da produção animal e vegetal. As transferências, por remuneração de fatores, para aqueles a montante foram de R\$ 364,1 milhões no ano agrícola do Censo. Deste valor, R\$ 144,1 milhões (39,6% do total) movimentaram o mercado de trabalho do setor, dado que corresponderam à remuneração do trabalho

de terceiros, na forma de salários e pagamento por serviços. Outros R\$ 140 milhões (38,5%) movimentaram o mercado de insumos diretos à produção (para estes e os próximos resultados ver Tabela 4).

As fazendas, com um dispêndio de 59,6 milhões de reais, compuseram a maior massa de *salários e pagamento de serviços*, sendo seguidas de perto pelos camponeses, com 51,9 milhões – os latifúndios empresariais, com dispêndios no montante de 32,6 milhões, ficaram na terceira posição (tais valores corresponderam, respectivamente, a 41,4 %, 36% e 22,6% do total).

Quanto aos dispêndios em *insumos industriais* diversos, os camponeses, com 63,3 milhões, colocaram-se na primeira posição, representando 45,2% do total; em seguida vieram as fazendas, com dispêndio de 55,3 milhões de reais (39,5%) e os latifúndios empresariais com 21,5 milhões de reais (15,4%).

Tabela 4. Custos da produção animal e vegetal do Estado do Pará, 1995 (R\$ correntes)

Item de despesa	Camponeses	Fazendas	Latifúndios empresariais	Total	
				%	R\$
Salários e Serviços de Terceiros	36,0%	41,4%	22,6%	100,0%	144.124.628
Rendas pagas	77,4%	13,1%	9,5%	100,0%	1.913.128
Insumos da produção	45,2%	39,5%	15,4%	100,0%	140.165.819
Custos de Comercialização	88,1%	9,9%	2,0%	100,0%	21.795.487
Custos Financeiros	13,3%	45,6%	41,1%	100,0%	4.818.024
Imposto e Taxas	24,9%	34,2%	40,9%	100,0%	7.736.982
Outras Despesas	55,5%	19,4%	25,2%	100,0%	43.575.985
Total	44,7%	35,9%	19,5%	100,0%	364.130.053

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM. * Os números entre parênteses são os das linhas correspondentes aos itens de despesas respectivos

A *jusante* da produção destacam-se os *custos de comercialização* - dispêndios de R\$ 21,7 milhões, os quais tiveram uma incidência pesada sobre os camponeses, pois representaram 88,1% do total respectivo de custos, e secundária para as fazendas (9,9% do total) e latifúndios empresariais (2% do total). Em seguida, colocam-se os R\$ 7,7 milhões pagos na forma de impostos e taxas – os *linkages* fiscais, arcados em proporção de 40,9% do total pelos latifúndios empresariais, em 34,2% pelas fazendas e em 24,9% pelos camponeses. Os custos financeiros, de R\$ 4,8 milhões em juros e despesas bancárias, foram distribuídos em 45,6% para as fazendas, 41,1% para os latifúndios empresariais e 13,3% para os camponeses. Por fim, as rendas pagas de R\$ 1,9 milhões de reais, que constituíram o item de menos importância na estrutura de custos - expressando a pouca incidência do arrendamento como forma de acesso à terra no Estado. Mesmo assim, é importante assinalar sua frequência maior sobre os camponeses e menor para as fazendas e latifúndios empresariais: participação relativa no total do item de 77,4%, 13,1% e 9,5%, respectivamente.

2.4. Características econômicas e indicadores de eficiência do setor e suas estruturas

Deduzidos os custos do Valor Bruto da Produção têm-se a Renda Líquida do setor e dos estabelecimentos que o fundamentam. Os 191.714 estabelecimentos aqui considerados como camponeses apresentaram uma Renda Líquida média (Renda Líquida total dividida pelo número de estabelecimentos) de R\$ 2.597,69, enquanto as 12.075 fazendas, R\$ 12.202,37 e os 412 latifúndios empresariais, R\$ 40.418,26 (para estes e os próximos resultados ver Tabela 5).

O rendimento médio dos estabelecimentos depende, por seu turno, do número médio de trabalhadores por estabelecimento e da rentabilidade média de cada trabalhador, sendo esta última resultante da conjugação entre a rentabilidade média por unidade de área e da quantidade de área que cada trabalhador maneja. A rentabilidade média dos estabelecimentos é, assim, resultado do movimento de duas variáveis: o número médio de trabalhadores e a rentabilidade média de cada trabalhador (a divisão da renda líquida total dividida pelo número de trabalhadores), sendo esta última, por sua vez, o resultado do rendimento por unidade de área e da extensão da área trabalhada por cada trabalhador. Se chamamos a rentabilidade média por trabalhador de R , a rentabilidade média por unidade de área de y e a quantidade de terra que cada trabalhador maneja de a , então

$$R = y \cdot a \quad (1)$$

A eficiência econômica de qualquer das estruturas depende de R e este depende de y e de a . Fazer crescer R – numa certa perspectiva, ampliar a eficiência econômica – implica, para um estabelecimento, em fazer crescer y (intensificar o uso da terra) ou a (usar a terra mais extensivamente). Tal decisão implica em diferentes estratégias de efficientização, as quais correspondem a diferentes formas de trabalhar a terra e os recursos da natureza. Elas resultam, assim, em diferentes opções tecnológicas, dado que se pode elevar a rentabilidade do trabalho, isto é, perseguir níveis mais elevados da eficiência econômica tanto por um uso intensivo, quanto extensivo da terra.

A rentabilidade anual por trabalhador aplicado (R) foi de R\$ 628,56 entre os camponeses, de R\$ 1.864,02 nas fazendas e, nos latifúndios empresariais, de R\$ 1.449,67. Retirando-se o que se obteve com o extrativismo (para procedermos a uma análise mais recortada quanto às atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas), o rendimento por trabalhador proveniente exclusivamente da agropecuária e silvicultura foi de, respectivamente, para as mencionadas formas de produção, R\$ 486,37, R\$ 1.515,69 e R\$ 1.124,52. A rentabilidade por unidade de área trabalhada (y) entre os camponeses é R\$ 141,91/ha, para os primeiros, R\$ 30,62/ha, para os segundos e R\$ 5,72/ha para os últimos: a dos camponeses mais de quatro vezes maior que a dos fazendeiros e mais de vinte vezes a dos latifúndios empresariais (para estes e o resultados seguintes ver Tabela 5).

A cada trabalhador corresponde, em contrapartida, 3 hectares de terras utilizadas nas diversas atividades da agropecuária e da silvicultura entre os camponeses, 50 hectares nas fazendas e 197 hectares nos latifúndios empresariais. Conclui-se, assim, que a maior rentabilidade do trabalho nas fazendas deriva de usos muito extensivos da terra, dado que sua rentabilidade por unidade de área utilizada é pouco mais que 1/5 da rentabilidade obtida pelos camponeses no Estado. O que dizer dos latifúndios empresariais, cuja rentabilidade da terra é apenas 1/5 das fazendas?

Mesclando atividades e formas de produção, a maior rentabilidade média observada por unidade de área utilizada foi a da agricultura com base em culturas permanentes nos estabelecimentos camponeses (R\$ 354,87 por hectare), seguida da agricultura com base em lavouras temporárias (R\$ 294,33) também entre os camponeses. A pecuária entre os camponeses apresenta um rendimento por área que é abaixo de 1/7 das culturas permanentes. Mesmo assim, é o dobro do valor obtido no mesmo grupo de atividades em média pelas fazendas (R\$ 23,22) e mais de seis vezes o do valor por hectare verificado para a pecuária dos latifúndios empresariais (R\$ 7,04).

Tabela 5. Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção no Pará, 1995

	Camponeses	Fazendas	Lat. Empresariais	Total
G.Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura/Hectares de Área utilizada (R\$)				
Agricultura	141,91	30,62	5,72	58,76
Permanentes	305,07	140,65	-66,74	236,38
Temporárias	354,87	-47,01	-107,48	225,03
Pecuária	294,33	188,02	-26,92	239,20
Silvicultura	47,67	23,22	7,04	27,38
H.Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura/Trabalhador ³	29,88	12,67	40,32	60,78
I.Rendimento líquido do extrativismo/Trabalhador (R\$)	486,37	1.515,69	1.124,52	591,45
J.Rendimento líquido total/Trabalhador (H+I)	142,19	348,33	325,14	158,41
	628,56	1.864,02	1.449,67	749,86
K.Área utilizada na agropecuária e silvicultura/Trabalhador (Ha)	3	50	197	10
L.Trabalhadores médios por estabelecimento	4,13	6,55	27,88	4,32
M.Área utilizada média para agropecuária e silvicultura por estabelecimento (Ha)	14,16	324,08	5.478,76	43,52

N.Renda líquida média por estabelecimento (R\$)	2.597,69	12.202,37	40.418,26	3.241,95
---	----------	-----------	-----------	----------

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD - ROM.

Os latifúndios empresariais não apresentam qualquer forma de agricultura rentável, enquanto as fazendas não têm conseguido rentabilidade para as culturas permanentes, demonstrando, contudo, uma rentabilidade interessante por hectare plantado de culturas temporárias.

A silvicultura mostrou-se a atividade de menor rentabilidade por área entre os camponeses (R\$ 29,88), sendo bem maior a dos latifúndios empresariais, cujo valor de R\$ 40,32 representa a melhor performance dessa categoria de estabelecimentos.

2.5. A regionalização da produção – as formas concretas de materialização das estruturas produtivas

A Tabela 6 dá indicações da distribuição espacial da produção animal e vegetal no Estado do Pará, por mesorregiões. A mesorregião Nordeste Paraense, composta pelas microrregiões Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu, produziu em 1995, 40% do total do valor da produção do Estado, constituindo-se, desse ponto de vista, na sua mais importante área rural. O Sudeste Paraense, onde se agrupam as microrregiões Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Feliz do Xingu e Tucuruí, vem em segundo lugar com 19% do valor da produção. Em terceiro lugar, a mesorregião Baixo Amazonas (microrregiões Almeirim, Óbidos e Santarém), com 14%. Segue-se a mesorregião Marajó (microrregiões Arari, Furos de Breves e Portel), com 13%; a mesorregião Sudoeste Paraense, composta das microrregiões Altamira e Itaituba e, por último, a mesorregião Metropolitana de Belém, onde se incluem as microrregiões Belém e Castanhal, cuja participação no valor da produção animal e vegetal do Estado foi de 10%.

Tabela 6. Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal do Pará 1995-96

Mesorregiões	Camponeses	Fazendas	Lat. Empresariais	Total
Total em R\$	660.652.377	277.970.388	87.516.865	1.026.139.630
Estrutura relativa (Total das colunas=100%)				
Sudeste Paraense	18%	45%	62%	19%
Sudoeste	9%	19%	8%	10%
Nordeste	42%	11%	11%	40%
Metropolitana Belém	4%	1%	0%	4%
Marajó	13%	13%	15%	13%
Baixo Amazonas	14%	11%	4%	14%
Total	100%	100%	100%	100%

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM.

6. Comparação entre as duas mais importantes mesorregiões do Estado do Pará

As principais mesorregiões agropecuárias do Estado do Pará, as mesorregiões Nordeste e Sudeste Paraense, que juntas perfazem aproximadamente 60% do valor bruto da sua produção animal e vegetal, conformam-se, também, como campos agrários distintos, configurados por estruturas diferenciadas de relações entre as diversas formas de produção (conjunção de relações sociais de produção e circulação e a articulação destas com relações técnicas particulares) e seus fundamentos de poder (dentre os quais se destacam as relações de propriedade).

Tabela 7. Composição do valor bruto da produção animal e vegetal nas mesorregiões Sudeste e Nordeste Paraense, 1995

	Sudeste Paraense				Nordeste Paraense			
	Campo- neses	Fazen- das	Lat. Empresa- riais	Total	Campo- neses	Fazen- das	Lat. Empresa- riais	Total
Agricultura	48,84%	15,12%	5,59%	27,09%	74,27%	52,10%	52,23%	70,06%
Lavouras permanentes	8,42%	2,59%	1,11%	4,69%	19,31%	15,96%	50,77%	20,00%
Lavouras temporárias	40,41%	12,54%	4,48%	22,40%	54,96%	36,14%	1,46%	50,05%
Pecuária	42,45%	75,72%	84,24%	63,75%	5,77%	36,33%	34,34%	11,51%
Silvicultura	0,40%	0,02%	0,00%	0,17%	0,04%	0,09%	0,00%	0,04%
Extração Vegetal	8,31%	9,14%	10,17%	8,99%	19,93%	11,48%	13,43%	18,39%
Total do valor da produção	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Média dos estabelecimentos (ha)	65	782	14.176	256	21	667	11.992	39
Proporção da área apropriada	22%	42%	36%	100%	53%	30%	17%	100%

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM.

A estrutura agrária se caracteriza na mesorregião Nordeste por ser bem menos concentrada que na mesorregião Sudeste. Por duas razões. Primeiro, porque o tamanho médio dos estabelecimentos em geral e das formas de produção são significativamente menores na primeira que na segunda: a dos estabelecimentos camponeses naquela é 1/3 do seu congêneres nesta última (respectivamente, 21 e 65 ha), a média das fazendas numa é 667 e na outra 782 ha e a dos latifúndios empresariais, para as mesmas regiões, 11.922 ha e 14.176 ha. Segundo, porque a participação relativa dos camponeses no total de terras apropriadas no Nordeste é mais que o dobro e a dos latifúndios empresariais menos da metade das correspondentes proporções no Sudeste.

Por seu turno, a estruturação da produção no Nordeste enfatiza a atividade agrícola, cujo valor da produção corresponde a 70% do total do setor na microrregião. Tal proporção corresponde a duas

vezes e meia a participação da agricultura no Sudeste. Ainda aqui, observe-se a proeminência que assumem as lavouras permanentes com 20% do total do valor da produção do Nordeste, comparativamente a seu peso de 4,7% no Sudeste. A importância do extrativismo é, no Nordeste, o dobro do Sudeste. O quadro se inverte, contudo, com a pecuária: no Sudeste é a atividade de maior importância (84,2%), quando, no Nordeste seu peso não passa de 11,5% (Tabela 7).

Tabela 8. Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção na mesorregião Nordeste Paraense, 1995

	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
G. Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura/Hectares de Área utilizada	247,77	28,71	-88,50	133,67
Agricultura	331,16	89,60	-274,57	267,04
Permanentes	455,83	-410,91	-298,72	281,38
Temporárias	303,46	394,93	66,36	262,53
Pecuária	54,26	21,28	-40,30	31,38
Silvicultura	12,29	24,61	0,00	13,45
H. Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura por trabalhador	463,10	1.091,35	-6.217,06	451,89
I. Rendimento líquido do extrativismo por trabalhador	124,84	310,45	-774,73	121,00
J. Rendimento líquido total por trabalhador (H+I)	587,93	1.401,80	-6.991,79	572,89
K. Área utilizada na agropecuária e silvicultura/Trabalhador	1,87	38,01	70,25	3,38
L. Trabalhadores médios por estabelecimento	3,94	7,51	40,25	4,02
M. Área utilizada média para agropecuária e silvicultura por estabelecimento	7,37	285,37	2.827,40	13,60
N. Renda líquida média por estabelecimento (L*J)	2.318,33	10.523,12	-281.419,45	2.304,83

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM.

* Para o cálculo das parcelas que seguem procedeu-se, com os valores afetos a esta mesorregião, do mesmo modo que na Tabela.

Da análise de tais diferenças - expressões das peculiaridades dos sistemas adotados pelas formas de produção nas duas mesorregiões - 3 questões ressaltam em importância: a centralidade da pecuária no Sudeste, a importância das culturas permanentes como base de intensificação de trajetórias terra-intensivas e as dificuldades da agricultura de grande porte.

No Sudeste paraense as fazendas e os latifúndios empresariais assentam-se predominantemente sobre a pecuária (respectivamente, 75,7 e 84,2% do valor da produção derivam da pecuária para 15,1 e 5,6% que resultam da agricultura), enquanto no Nordeste estas estruturas são mais agrícolas

(respectivamente, 52,1 e 52,2 % de agricultura para 36,3 e 34,3 de pecuária). No Sudeste, contudo, mesmo os camponeses são bem mais dependentes da pecuária que no Nordeste.

Sobre isso sejamos mais precisos: destacam-se nas duas mesorregiões duas trajetórias diferenciadas de organização da produção camponesa: enquanto no Nordeste Paraense as culturas permanentes tornaram-se cada vez mais importantes, representando 20% do valor da produção - quando não passavam de 8% no início do anos oitenta -, ao lado de uma pecuária bovina que aí contribui com apenas 5,8%, no Sudeste Paraense as primeiras contribuem com 8,4% e a última com nada menos que 42,5% do valor da produção dos estabelecimentos camponeses. Há diferenças também quanto à importância relativa das culturas temporárias - 46,3% no Nordeste e 27,7% no Sudeste - e da criação de pequenos animais - respectivamente 7,3% e 10,9%.

Há fundamentos estruturais para tais diferenças. De um lado, os camponeses do Sudeste dispõem, em média, de três vezes mais terra que os camponeses do Nordeste do Estado (65 e 21 ha, respectivamente) permitindo a adoção das trajetórias terra-extensivas que se apoiaram na pecuária bovina; de outro, os sistemas resultantes permitiram, no ano do Censo, um rendimento líquido médio anual por trabalhador de R\$ 615,89 no Sudeste, valor acima dos R\$ 587,00 para cada trabalhador camponês no Nordeste Paraense (Tabela 8 e Tabela 9). A diferença de rentabilidade acentua-se quando se exclui o rendimento proveniente do extrativismo. Neste caso, os sistemas agrícolas respectivos proporcionam R\$ 559 no Sudeste para R\$ 463 no Nordeste por trabalhador/ano. Os resultados acima fizeram-se apesar dos rendimentos por unidade de área cultivada no Nordeste serem, entre os camponeses, superiores aos do Sudeste em todas as atividades: nas culturas permanentes é de R\$ 455,88 para R\$ 285,00; nas culturas temporárias de R\$ 303,46 para R\$ 194,70 e na própria pecuária de R\$ 54,26 para R\$ 40,07.

As culturas permanentes confirmam-se, em qualquer dos casos, *como a forma camponesa de intensificação do uso do solo*. Não obstante as diferenças mencionadas, em cada mesorregião, os desempenhos dos camponeses com as culturas permanentes correspondem, nesse aspecto, a seus desempenhos mais elevados e, também, às máximas *performances* do setor.

Isto, ao lado do desempenho medíocre das culturas permanentes entre as fazendas e latifúndios empresariais. As culturas permanentes apresentaram resultados negativos no ano do Censo, no Nordeste Paraense, tanto nas fazendas, quanto nos grandes latifúndios empresariais; no Sudeste, estes últimos também apresentam prejuízo, enquanto as fazendas têm resultados positivos, com rentabilidade, todavia, equivalente a 1/3 da rentabilidade dos estabelecimentos camponeses.

Tabela 9. Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção na mesorregião Sudeste Paraense, 1995

	Camponeses	Fazendas	Latifúndios Empresariais	Total
G. Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura por				
Hectares de Área utilizada	71,01	24,73	10,03	30,37
Agricultura	204,36	66,86	-82,58	127,20

Permanentes	285,09	90,35	-150,30	157,85
Temporárias	194,74	64,77	-71,82	123,78
Pecuária	40,07	22,80	11,21	23,49
Silvicultura	37,47	2,11	0,01	15,76
H.Rendimento líquido da agropecuária e silvicultura por trabalhador	559,01	1576,66	2473,12	826,78
I.Rendimento líquido do extrativismo por trabalhador	56,88	199,16	424,66	99,12
J.Rendimento líquido total por trabalhador (H+I)	615,89	1775,82	2897,79	925,90
K.Área utilizada na agropecuária e silvicultura/Trabalhador	7,87	63,76	246,57	27,22
L.Trabalhadores médios por estabelecimento	4,36	7,00	25,56	4,87
M.Área utilizada média para agropecuária e silvicultura por estabelecimento	34,33	446,57	6303,00	132,44
N.Renda líquida média por estabelecimento (L*J)	2.685,48	12.438,53	74.074,65	45.05,18

IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996. Processamento do autor a partir da base de dados em CD- ROM.

* Para o cálculo das parcelas que seguem procedeu-se, com os valores afetos a esta mesorregião, do mesmo modo que na Tabela .

Observe-se, além disso, que as diversas formas de produção (camponeses, fazendeiros e empresas latifundiárias) representam formas concorrentes de uso da terra: em ambas as mesorregiões os fazendeiros e empresas baseam-se mais na pecuária que os camponeses e, em ambas, as respectivas pecuárias são bem mais terra-extensivas que a dos camponeses. Só que, no Sudeste, os fazendeiros e empresas são consideravelmente mais importantes e dependem bem mais da pecuária que no Nordeste. Tal concorrência cria tensões que se estendem às relações de propriedade e relações sociais em geral, projetando-se também nos desequilíbrios ambientais que ampliam os riscos de queimadas – que atinge de forma perversamente desigual precisamente os sistemas agrícolas terra-intensivos, como os baseados nas culturas permanentes.

3. O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e os Camponeses

Dado o contexto econômico, qual a participação dos créditos de FNO no setor, em particular no que se refere às estruturas produtivas camponesas? Responderemos a essa questão a partir do maior nível de agregação possível dos dados disponíveis, tanto daqueles obtidos junto ao BASA, quanto daqueles resultantes de uma pesquisa de campo conduzida em cooperação pela FASE, NAEA, IMAZON e FETAGRI⁴. Faremos, portanto:

- A análise do impacto e efeitos enunciados pelos dados do BASA
- A análise de impacto e efeitos enunciados pelos dados das unidades produtivas usuárias do FNO.

⁴ Esta pesquisa realizou-se em 1997 e nos dois primeiros meses de 1998 e levantou a situação de 978 unidades de produção familiares que tiveram acesso ao FNO em 9 Municípios do Pará, selecionados pelo grau de participação no crédito total e pela diversidade de situações.

3.1. Impactos e efeitos do FNO no setor inferidos das estatísticas gerais

O FNO financiou até 1992 no Estado do Pará poucas safras de culturas temporárias (Tabela A-2). Em 1993, iniciou o financiamento de áreas mais extensas desse tipo de lavoura – 3,9 mil hectares em 1993, 10,3 mil hectares no ano seguinte e, em 1995 e 1996, 5,4 e 4,7 mil hectares, respectivamente. Mesmo nestes anos, contudo, as áreas financiadas pelo FNO não atingiu 1% do total plantado em 1995 (545.919 ha).

É que as culturas temporárias tiveram, basicamente, papel intercalar para a implantação de culturas permanentes. Quanto a estas, a realidade foi bem outra. Já em 1993, a *área financiada com culturas permanentes* correspondia 3,6% e a do ano seguinte 9,3% da área colhida com esse tipo de lavouras em 1995 (262.435 ha). E, nos dois anos seguintes, o percentual situou-se próximo dos 5%. Tomadas em conjunto, as áreas financiadas de 1990 a 1996 perfazem nada menos que 25% do total da área colhida com culturas permanentes constante no Censo Agropecuário de 1995, do Estado do Pará (Tabela 9). Postas em produção, estas áreas representariam um incremento da ordem de 3% ao ano no volume de área utilizada pelas culturas permanentes, o que, por sua vez, repercutiria, tudo o mais constante, em um incremento anual no total de terras utilizadas pela agropecuária de 0,1% ao ano. Ao final, ter-se-ia um aumento total de 23,8% da área colhida com permanentes e 0,7% da área total utilizada na agropecuária.

Os investimentos em culturas permanentes, se efetivados nos montantes contratados, propiciará a formação de uma capacidade produtiva que atingirá sua plenitude em torno do ano 2.002. Mantidas as condições de rentabilidade que vigoraram em meados da atual década (a produtividade média por unidade de área e os preços médios dos diversos produtos), o valor da produção derivada dos investimentos de FNO atingiriam a cifra de R\$ 126,6 milhões – um incremento total da ordem de 105% do valor bruto da produção das culturas permanentes em 1995. Este crescimento à base de 10,7% ao ano no valor bruto da produção do conjunto de culturas permanentes elevaria o ritmo de crescimento do setor como um todo em 1,7% pontos percentuais – se todos os demais sub-setores permanecessem no mesmo montante de 1995, o setor como um todo cresceria neste ritmo, apenas como uma decorrência dos incrementos entre as lavouras permanentes. O efeito total no setor de produção animal e vegetal seria, ao final de 7 anos, um incremento na ordem de 12%.

Há uma diferença considerável entre os ritmos de crescimento das áreas plantadas com culturas permanentes e o crescimento da renda esperada dessas culturas (para cada 1% de crescimento da

primeira variável, a segundo expande-se a 4,4%) . Dada essa diferença, verificar-se-ia um incremento do rendimento por área (intensificação do uso do solo) de 1,6% ao ano (acumulado até o ano 2002 de 11,6%) e de 1,7% (acumulado de 12,3% no mesmo período) para o rendimento por trabalhador.

No setor de produção animal o FNO financiou 293.343 cabeças de bovinos, o que representa 5% do rebanho de 6 milhões de cabeças do Estado, e 15% da parcela desse rebanho que compete aos estabelecimentos camponeses: 2 milhões de cabeças.

3.2. Impactos do FNO nas unidades produtivas

Como já mencionamos acima, o FNO constituiu-se numa interseção em dinâmicas já em andamento em várias áreas de agricultura camponesa. Podemos ter uma medida do impacto dos créditos de FNO pela verificação da sua participação no andamento de três variáveis: na evolução dos investimentos em plantio, na formação do rebanho bovino e na aquisição de meios de produção.

3.3. A participação do FNO na formação de plantios

O FNO teve participação de 43% no total de investimentos em plantios de culturas permanentes feitos depois de 1990, o que correspondeu a 35% do total dos plantios com permanentes dos entrevistados. Considerando os demais investimentos em plantio de pasto e de silvicultura, os investimentos com participação do FNO representaram 26% (Tabela 18).

3.4. A Participação do FNO nos rebanhos

Quanto aos diferentes rebanhos, o FNO teve uma participação correspondente a 42% do valor, sendo quase a metade disso (22%) na forma de matrizes diretamente financiadas e em torno de 1/5 na forma de touros também diretamente financiado. O restante diz respeito a novilhos, garrotes e bezerros, nem todos diretamente financiados (Tabela 20).

3.5. Impacto total do FNO na capacidade das unidades produtivas

Considerando, agora, a soma dos valores dos plantios, pastos e rebanhos, financiados e não financiados, teremos um indicador do impacto total, direto e indireto, do FNO na capacidade produtiva das famílias pesquisadas: 28% da capacidade instalada da unidade familiar média pesquisada sofreu influência do FNO.

Produziu-se, a partir daí, uma mudança na composição da base produtiva da unidade média financiada: de 15% de rebanhos, 30% de pastos e 56% de plantios, para 19% de rebanhos, 21% de pastos e 60% de plantios com permanentes: o que representa um fortalecimento do valor do plantel e das permanentes. Em ambos os casos, em torno de 4 pontos de percentagem, com correspondente redução do valor das pastagens.

Tabela 10. Investimentos em plantios financiados e não financiados (em R\$ de 1995)¹

Atividades	Períodos			Total
	Até 1980	De 1980 a 1990	Depois de 1990	
Investimentos com financiamento				
Pasto	-	-	-	-
Permanentes	-	-	2.421.314,51	2.421.314,51
Silvicultura	-	-	-	-
Total	-	-	2.421.314,51	2.421.314,51
Investimentos sem financiamento				
Pasto	89.355,00	344.792,00	2.155.282,50	2.589.429,50
Permanentes	200.981,91	1.018.841,26	3.191.172,57	4.410.995,74
Silvicultura	-	2.744,76	20.801,05	23.545,81
Total	290.336,91	1.366.378,03	5.367.256,12	7.023.971,05
Total de plantios				
Pasto	89.355,00	344.792,00	2.155.282,50	2.589.429,50
Permanentes	200.981,91	1.018.841,26	5.612.487,08	6.832.310,25
Silvicultura	-	2.744,76	20.801,05	23.545,81
Total	290.336,91	1.366.378,03	7.788.570,63	9.445.285,56
Participação do financiado no total				
Pasto	0%	0%	0%	0%
Permanentes	0%	0%	43%	35%
Silvicultura	0%	0%	0%	0%
Total	0%	0%	31%	26%

Fonte: Pesquisa de campo. Notas: 1 O investimento foi calculado com base em coeficientes técnicos de implantação de 1 hectare valorizados ao preço de mercado respectivo. O valor resultante é diferente do estimado pelos projetos do FNO principalmente pela diferença no valor das diárias.

Tabela 11. Valor dos rebanhos financiados e não financiados¹

Itens	Valor dos rebanhos com participação do FNO	Valor dos rebanhos sem participação do FNO	Valor dos rebanhos Total
Total em R\$	966.014,46	1.309.822,43	2.275.836,89
Participação relativa (Total geral = 100%)			
Bezerro(a)	8%	3%	11%
Bode	0%	0%	0%
Boi	0%	4%	4%
Burro	0%	3%	3%
Cavalo	0%	5%	5%
Égua	0%	1%	1%
Galinha	0%	4%	4%
Novilho(a)	7%	11%	18%
Outros	0%	1%	1%
Pato	0%	1%	1%
Porco(a)	0%	3%	3%
Touro	5%	1%	6%
Vaca	22%	22%	44%
Total	42%	58%	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Notas: 1 Considerou-se novilho e bezerros oriundos de matrizes financiadas como também financiados. Os valores dos itens são os de mercado nas respectivas regiões.

Tabela 12. Composição do valor dos fundamentos produtivos das unidades de produção pesquisadas

Itens	Investimentos com participação do FNO	Investimentos sem participação do FNO	Total
Valor total em R\$	3.377.631,83	8.769.881,49	12.147.513,32
Composição relativa por destinação dos investimentos (Total das colunas = 100%)			
Rebanho	29%	15%	19%
Pasto	0%	30%	21%
Plantios de permanentes e silvicultura	71%	56%	60%
Total	100%	100%	100%
Composição relativa das fontes de financiamento (Total das linhas = 100%)			
Rebanho	42%	58%	100%
Pasto	0%	100%	100%
Plantios	33%	67%	100%
Total	28%	72%	100%

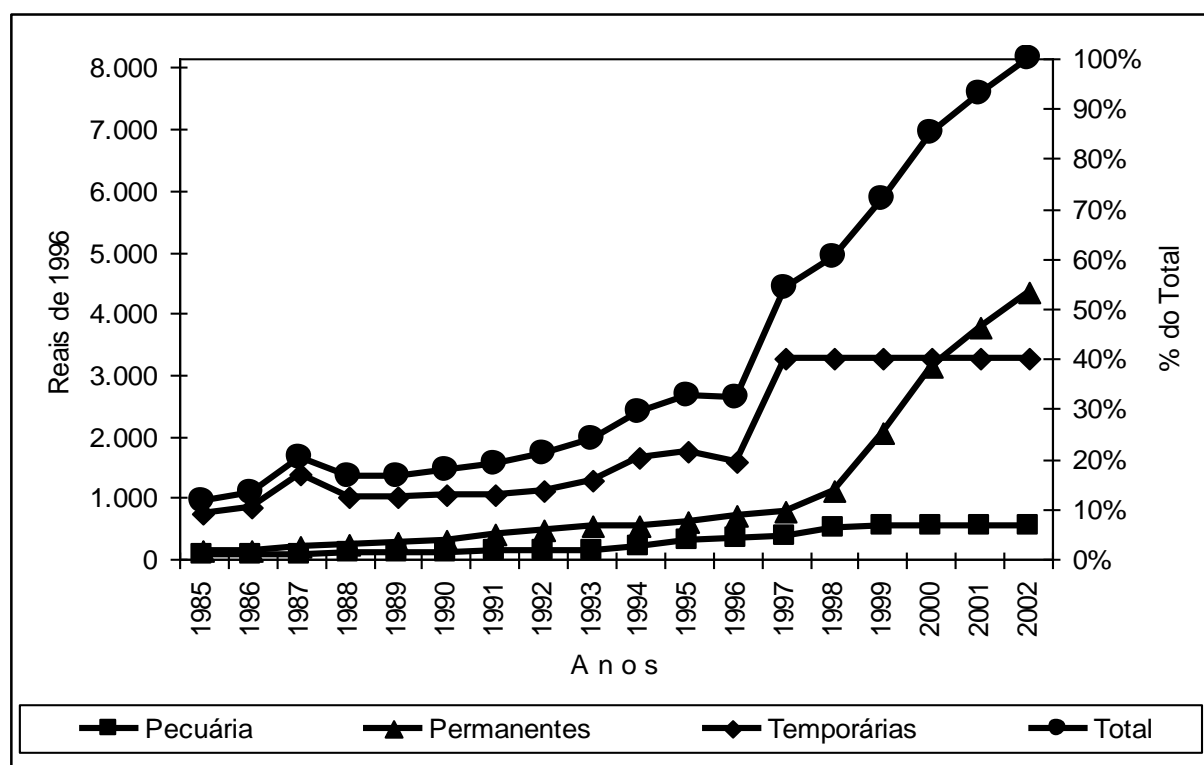
Fonte: Pesquisa de campo. Processamento do autor.

4. A guisa de conclusão: os efeitos do FNO aplicado nas unidades produtivas camponesas no valor da produção total da agropecuária paraense

À nova base produtiva corresponde uma nova capacidade de geração de *produto real*. Por *produto real* se entende a expressão monetária da produção física que não considera a flutuação dos preços no tempo, dado que resulta da multiplicação das quantidades físicas dos produtos ano a ano pelo vetor de preços de um único ano estabelecido (aqui, utilizou-se o vetor de preços do Censo Agropecuário de 1995-1996). Esses valores permitem observar duas coisas: a evolução da produção conjunta de grupos de produto (que de outra forma não poderia ser avaliada, dado não se poder somar produtos de natureza diferente) e a esperança de renda em um momento futuro, considerada a hipótese plausível de que os comportamentos dos preços para um número grande de produtos e em um tempo suficientemente longo, mas limitado, faz-se de tal forma inversamente correlacionados que a distribuição das probabilidades matemáticas de ocorrência das rendas resultantes tende a manter-se inalterada.

Assim, a esperança de renda para a média do conjunto das unidades está um pouco acima de R\$ 8.000 por família no ano 2002 – mais de três vezes a renda de 1995. O rendimento provindo dos pastos duplicará, mas o que advirá das culturas permanentes multiplicará por 8 – de modo que na média crescerá de forma sensível a importância das culturas permanentes como fundamento da economia camponesa envolvida. De fato, observando todo o período, verifica-se aqui, também, o que havíamos constatado nas estatísticas censitárias: de 1985 a 1995, a composição relativa das atividades na composição da renda das estruturas camponesas altera-se, de 6%, 16% e 78% relativos à pecuária, às culturas permanentes e às culturas temporárias, para 11%, 23% e 66%, respectivamente. Para 2002, a expectativa em relação às mesmas grandezas é de que sejam 7%, 53% e 40%: uma ampliação forte na participação das culturas permanentes e reduções no peso da pecuária e das culturas temporárias, não obstante o crescimento provável no valor absoluto de ambas (no primeiro caso de R\$ 298,1 para R\$ 541,30 e, no segundo, de R\$ 1.745,80 para R\$ 3.261,20).

Gráfico 2. Evolução do *produto real*, para a unidade familiar média pesquisada, por grupos de produtos das lavouras permanentes, das lavouras temporárias e da pecuária – 1985 a 2002



Fonte: Tabela A-9.

Considerando a hipótese de que esses resultados se estendem a todo o universo dos camponeses que tiveram acesso ao FNO – em torno de 30.000 no Estado do Pará, aproximadamente 10% do total de famílias camponesa do Estado – haverá um incremento absoluto do VBP agropecuário de aproximadamente R\$ 160.000.000 por ano (resultado da renda bruta esperada vezes o número de camponeses que acessaram o FNO menos a renda bruta constatada para 1995 vezes o mesmo número de camponeses). Isto significaria um incremento da ordem de 16% no Valor Bruto da Produção anual do setor. O que quer dizer que para cada 1% dos camponeses do Estado incorporados pode produzir-se um incremento de 1,6% no VBP agropecuário do Estado.

Referências

- AIDAR, A. C. K. e PEROSA JR, R. M (1981). Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura. In: Revista de Economia Política, Vol. I, No. 3, jul.-set. pp. 17-40.
- COSTA, F. de A. (1992). Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Belém, NAEA/EDUFPA.
- _____(1992a). *Estrutura Fundiária, Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia*. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte, pp. 403-418. O mesmo texto In: Oliveira, N. P. (Org.) Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza. Ed. da UFPA, Belém, pp. 1-22.
- _____(1993) *O desenvolvimento agrícola dos anos oitenta no Estado do Pará e sua fontes de financiamento*. Cadernos do NAEA, Belém, n. 11. nov.1993. p.:127-145.
- _____(1996). Land Tenure, Forms of Production and Environment in the Amazon Region. In: Lieberei, R. et alii. *Interdisciplinary Research on the Conservation and Sustainable Use of the Amazonian Rain Forest and its Information Requirements*. Hamburg/Brasília, Universität Hamburg-CNPq. pp.137-149.
- _____(1997) Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia. In: Ximenes, T. *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém, UFPA-NAEA/UNAMAZ. Pp. 255-309.
- IBGE (1998). Censo Agropecuário do Estado do Pará. IBGE, Rio de Janeiro. Texto e base de dados em CD-ROOM
- IBGE (1991). Censo Agropecuário do Estado do Pará. IBGE, Rio de Janeiro.
- IPEA (1999). Economia Brasileira em Perspectiva – 1998. IPEA, Rio de Janeiro.
- REYNAL, V/MUCHAGATA, M. G./TOPOL, O./HÉBETTE, J. (s. d.). Agricultores familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica. Paris-Belém-Pointe-à-Pitre, GRET-LASAT/CAT-DAT/UAG.
- TONIOLO, A. e UHL, C. (1996). Perspectivas Econômicas e Ecológicas da Agricultura na Amazônia Oriental. In: Almeida, O. T. A Evolução da Fronteira Amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Belém, IMAZON. Pp. 67-95.
- TOURAND, J. F. et alii (1998). Produção Leiteira em área de fronteira agrícola da Amazônia: o caso do município de Uará (PA), na Transamazônica. In: Homma, A. K. O. (Editor). *Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*. Brasília, EMBRAPA. Pp. 345-365.
- WALKER, R. T. et alii (1998) A Evolução da cobertura do solo nas área de pequenos produtores na Transamazônica. In: Homma, A. K. O. (Editor). *Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*. Brasília, EMBRAPA. Pp. 321-343.
- VEIGA, J. E. da (1991). *O Desenvolvimento Agrícola, Uma Visão Histórica*. São Paulo, EDUSP-HUCITEC.

6. Anexo estatístico

Tabela A-3. Projeção da área financiada pelo FNO, acumulada e em produção, 1994 a 2002 (em Ha)

Culturas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Açaí	100,00	288,32	315,94	447,82	3.403,51	3.685,53	4.887,66
Acerola	-	198,79	200,32	634,89	1.635,63	3.128,59	3.407,90
Banana	17,00	43,16	55,43	529,99	4.810,83	6.619,25	7.617,74
Seringueira	-	470,81	470,81	470,81	470,81	470,81	470,81
Cacau	8,00	82,28	86,89	86,89	127,52	156,59	1.277,51
Café	7,00	15,37	15,37	20,78	778,38	1.560,47	3.117,58
Cajú	-	-	-	50,81	779,57	788,29	843,66
Castanha-Do-Pará	-	52,31	52,31	52,31	52,31	52,31	52,31
Côco da Baía	-	483,37	641,37	1.827,24	8.260,29	12.276,90	16.831,32
Cupuaçu	105,00	205,44	352,70	513,77	3.902,00	5.322,28	6.465,96
Dendê	1.504,00	1.713,25	1.713,25	4.669,83	4.735,36	4.735,36	4.858,41
Graviola	-	-	-	5,41	59,14	80,95	152,32
Guaraná	-	-	-	-	-	33,44	33,44
Laranja	710,00	1.190,23	1.308,34	3.193,63	5.082,39	6.220,65	6.424,29
Limão	40,00	41,05	44,11	61,41	252,78	293,48	338,39
Mamão	21,00	47,16	47,16	122,83	310,26	317,53	319,38
Maracujá	93,00	533,47	688,40	2.021,29	3.490,62	3.951,45	4.157,54
Marmelo	-	-	-	-	2,62	2,62	2,62
Murici	-	-	-	-	34,08	34,08	34,08
Pimenta-Do-Reino	171,00	171,00	175,60	175,60	175,60	175,60	196,52
Pupunha	-	-	-	181,61	189,47	189,47	223,93
Urucum	30,00	30,00	30,00	31,08	92,69	512,81	721,98
Uva	-	-	-	-	2,62	2,62	2,62
Total	2.806,00	5.566,00	6.198,00	15.098,00	38.648,50	50.611,10	62.437,95

Fonte: Banco da Amazônia S.A. Projeções feitas pelo autor.

Tabela A-4. Projeção do Valor Bruto da Produção das culturas permanentes financiadas pelo FNO, acumulada e em produção, 1994 a 2000 (em R\$ 1.000)

Culturas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Açaí	128,82	371,43	407,00	576,89	4.384,48	4.747,78	6.296,38
Acerola	-	256,08	258,06	817,88	2.107,05	4.030,32	4.390,13
Banana	26,37	66,94	85,97	822,05	7.461,89	10.266,85	11.815,57
Seringueira	-	105,24	105,24	105,24	105,24	105,24	105,24
Cacau	2,40	24,70	26,08	26,08	38,28	47,00	383,45
Café	5,78	12,70	12,70	17,16	643,00	1.289,08	2.575,38
Cajú	-	-	-	5,28	80,98	81,89	87,64
Castanha-Do-Pará	-	67,39	67,39	67,39	67,39	67,39	67,39
Côco da Baía	-	1.419,00	1.882,84	5.364,16	24.249,44	36.040,85	49.411,09
Cupuaçu	135,26	264,65	454,36	661,85	5.026,65	6.856,28	8.329,59
Dendê	1.407,58	1.603,42	1.603,42	4.370,46	4.431,79	4.431,79	4.546,95
Graviola	-	-	-	6,96	76,19	104,28	196,22
Guaraná	-	-	-	-	-	5,16	5,16
Laranja	1.934,78	3.243,41	3.565,29	8.702,77	13.849,71	16.951,50	17.506,41
Limão	161,38	165,60	177,98	247,77	1.019,85	1.184,07	1.365,27
Mamão	88,90	199,62	199,62	519,96	1.313,42	1.344,19	1.352,00
Maracujá	387,05	2.220,20	2.864,99	8.412,23	14.527,27	16.445,14	17.302,87
Marmelo	-	-	-	-	3,38	3,38	3,38
Murici	-	-	-	-	43,90	43,90	43,90
Pimenta-Do-Reino	167,58	167,58	172,09	172,09	172,09	172,09	192,58
Pupunha	-	-	-	233,95	244,09	244,09	288,47
Urucum	13,17	13,17	13,17	13,64	40,68	225,10	316,91
Uva	-	-	-	-	3,38	3,38	3,38
Total	4.459,07	10.201,13	11.896,18	31.143,82	79.890,13	104.690,73	126.585,36

Fonte: Valores da tabela A-1 multiplicados pela média dos rendimentos monetários para cada cultura, por área, calculados a partir das Estatísticas Agrícolas Municipais do IBGE nos anos de 1992 a 1994, constantes da Tabela A-5.

Tabela A-9. Evolução da Área Plantada, da Renda (Produto Real) e do Trabalho Necessário (média por unidade familiar) – Total das unidades camponesas pesquisadas

Atividades	A n o s																	
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2001
Área média por unidade produtiva ¹																		
Pasto	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,4	1,5	1,6	1,8	2,7	4,1	4,9	5,3	7,3	7,6	7,6	7,6	7,6
Permanentes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,5	2,3	2,8	3,2
Temporárias	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,6	1,7	1,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Total	1,6	1,8	2,0	2,3	2,4	2,6	2,9	3,2	3,6	4,8	6,3	7,0	8,7	10,9	11,8	12,6	13,1	13,4
Renda (Produto Real) média por unidade produtiva ²																		
Pasto	54,9	66,5	77,7	90,0	99,4	110,3	120,2	128,4	146,9	216,2	298,1	347,6	378,5	521,5	541,3	541,3	541,3	541,3
Permanentes	151,1	150,9	186,6	239,0	256,0	292,2	405,2	458,6	528,5	527,4	607,9	690,8	788,5	1123,8	2067,3	3141,5	3785,9	4347,7
Temporárias	729,9	855,5	1389,8	1014,0	1001,4	1056,6	1031,3	1114,7	1283,7	1647,4	1745,8	1589,4	3261,2	3261,2	3261,2	3261,2	3261,2	3261,2
Total	935,8	1072,9	1654,1	1342,9	1356,8	1459,1	1556,7	1701,7	1959,1	2391,1	2651,8	2627,8	4428,2	4906,6	5869,8	6944,0	7588,4	8150,2
Volume de trabalho médio por unidade produtiva ³																		
Pecuária	9,3	11,4	13,0	15,3	16,9	18,6	20,2	21,5	24,0	35,5	48,9	59,3	65,1	89,3	92,0	92,0	92,0	92,0
Permanentes	15,7	15,8	19,8	26,6	29,0	36,0	51,5	58,3	64,7	64,3	73,1	79,9	91,4	115,7	195,3	295,1	359,4	406,0
Temporárias	100,4	107,9	119,6	117,1	117,5	120,1	126,0	129,4	142,6	181,2	187,1	179,5	314,0	314,0	314,0	314,0	314,0	314,0
Total	125,3	135,1	152,4	158,9	163,4	174,7	197,6	209,2	231,2	281,0	309,1	318,7	470,6	519,0	601,3	701,2	765,4	812,0

Fonte: Pesquisa de campo. Notas: ¹ Para obtenção da série temporal de culturas permanentes e pasto dataram-se cada plantio perguntando-se ao entrevistado quando cada conjunto de árvores – ou segmento de pasto – foi plantada. Para obtenção da série temporal das temporárias indagou-se pela extensão do plantio em três momentos diferentes da evolução da unidade produtiva (no momento da instalação do lote e na última safra antes da entrevista, além de um momento intermediário – o mais mediano que o entrevistado pudesse lembrar - entre o momento da instalação e da safra mais recente. De posse dessas informações fez-se um interpolação dos valores situados entre as informações obtidas de acordo com a taxa de incremento geométrico delas derivadas. ² Para a obtenção deste valor multiplicou-se as área de plantio de cada cultura e multiplicou-se pelo seu rendimento médio por área, no município onde se encontra, verificado no Censo Agropecuário de 1995-96. ³ Multiplicou-se a área média por cultura pela necessidade de trabalho média verificada para aquela cultura na região onde se aloca, conf. Toniolo e Uhl (1996); Tourand et alii (1998); Walker (1998) e resultados não publicados de pesquisa do autor.